

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passamos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência deste, o próximo orador é o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos. Antes, porém, quero cumprimentar o vereador Tangará João e demais vereadores que se fazem presentes nesta sessão, pois estão participando de eventos na capital do estado.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, quero me reportar hoje a um grande segmento da nossa sociedade, se não o

mais importante em termos de salvar vidas, que são os médicos.

Estou apresentando uma moção neste plenário para a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Saúde, dr. Alexandre Padilha.

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina [...]

- tendo em vista a iniciativa do governo federal na questão da importação de médicos alegando déficit de profissionais de Medicina, é lastimável para as faculdades de Medicina e também para os profissionais de saúde;

- em 2012, apenas 77 foram aprovados pelo Conselho Federal de Medicina, dos 884 médicos formados no exterior;"

O que significa isso? Que a faculdade onde se formaram não está dando conhecimento necessário para exercer dignamente a profissão.

"- os médicos estrangeiros, sem a revalidação de seus diplomas no Brasil, não têm comprovação de formação à altura do necessário, configurando uma pseudoassistência com maiores riscos à população brasileira; e

- o que declarou o Conselho Federal de Medicina - CMF, tratar a população de maneira desigual é sinal de desconsideração e de desrespeito para com seus direitos de cidadania;

Requer encaminhamento de moção à Presidência da República e ao ministro da Saúde, nos seguintes termos:

'A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Antonio Aguiar, manifesta preocupação e apela a vossa excelência para que essa iniciativa de trazer médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil seja reanalisada de forma emergencial, por se tratar de ato lamentável à Medicina brasileira, atenciosamente, deputado Joares Ponticelli - presidente.'" [sic]

Ora, vejam em que pé chegamos, a Medicina no Brasil está sendo deixada de lado. A presidente Dilma com o ministro Padilha está querendo

importar médico para atender à nossa população no interior.

Essa é uma forma desastrosa de não valorizar os médicos que temos no Brasil. Temos que conversar, temos que chegar a um acordo para que os médicos possam atender no interior.

Como o governo federal quer que o médico vá atender no interior, se não tem um aparelho de raios x, se não tem um laboratório, se não tem um local para o atendimento médico? Como quer que o médico atenda à população? Quero que o governo federal dê condições ao médico de atender no interior.

Temos a certeza de que os médicos, tendo condição, vão atender, sim, à nossa população no interior. Mas vejo neste momento um descaso da presidente Dilma Rousseff e do próprio ministro Padilha, do PMDB, para com a classe médica. Por quê? Porque nem sequer temos a profissão de médico regulamentada. Quantas profissões têm a sua regulamentação! Mas nós médicos do Brasil não temos a profissão do médico regulamentada.

Como é que um governo quer exigir dos médicos que trabalhem no interior, se não regulamentam a sua profissão? Como é que o governo federal quer exigir dos médicos que atendam decentemente pelo SUS, se não pagam dignamente e não fazem uma nova tabela?

É com pesar que estamos aqui lamentando o ato de o governo de importar profissionais médicos para atender no Brasil. Esperamos que os srs. deputados aprovelem essa nossa moção e façam com que a presidente Dilma não tenha na sua campanha política a classe médica contra. Nós não queremos isso; o que queremos é que olhem com dignidade para a nossa classe. A classe médica está sendo vilipendiada por dois motivos, primeiro, pela não regulamentação da profissão e, segundo, pelo reajuste da tabela do SUS. São dois fatos importantes. E que queremos de público vir aqui com veemência apelar para que aprovelem a nossa moção.

Quero também me reportar ao fato de o governador, em exercício, Eduardo Pinho Moreira,

se locomover, estar presente no planalto norte. Na quinta-feira passada, como governador do estado em exercício, esteve em Canoinhas, onde foi recebido com muita alegria por todos os integrantes do poder municipal, Legislativo e Judiciário, que juntamente com o secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, merece ser parabenizado pela sua presença e pela ajuda que tem nos dado nas questões do planalto norte.

É verdade, temos tido dificuldades, mas estamos enfrentando com galhardia. E temos a certeza de que o governo federal vai fazer com que a BR-280, de Canoinhas a Porto União, se transforme, sim, em rodovia federal.

Nós aqui da Assembleia já fizemos a nossa parte. Os deputados já votaram a lei transferindo a BR-280 para o governo federal. Então, basta fazer a sua parte.

Temos a certeza de que o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, médico, cardiologista, esteve conosco no Hospital Santa Cruz, onde temos lá uma unidade de pronto atendimento médico a ser inaugurada, mas que precisa de verba para poder aparelhá-la. E prontamente o nosso governador recebeu os nossos pedidos. Portanto, temos a certeza de que vai encaminhá-los para que consigamos fazer com que a unidade do pronto socorro esteja completa em seus equipamentos que devem ser colocados à disposição da população.

Hoje, o Hospital Santa Cruz atende a uma população de aproximadamente de 150 mil habitantes. E temos condições de fazer com que o centro de excelência de saúde do planalto norte seja, sim, o referido hospital de Canoinhas, pois lá temos ressonância magnética, tomografia computadorizada, UTI com dez leitos, arco cirúrgico, carrinho de anestesia, recuperação dos leitos, enfim, está atendendo à demanda do planalto norte. E mais, é um hospital filantrópico que presta serviço à comunidade. E são esses hospitais que o governo estadual está olhando com bons olhos. Ele quer que a produção desses hospitais continue acontecendo, para que a nossa

população, principalmente a mais carente, seja atendida.

Também, quero me reportar aqui à reunião da SDR de Joinville, onde lá estiveram os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes. Nós aprovamos o primeiro tomógrafo computadorizado público da história de Joinville. Foram R\$ 600 mil para Joinville, juntamente com o secretário da Saúde, dr. Armando Dias Pereira Júnior, e o sr. prefeito Udo Döhler. Parabéns, Joinville, por esse grande equipamento que vai fazer parte da história do Hospital São José. É equipamento público, para que as pessoas carentes sejam atendidas. Não é equipamento da Unimed nem do Bradesco nem de particular, é equipamento para atender ao setor público, às pessoas carentes, àquelas que não têm condições de pagarem os seus exames.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa registra a presença da comitiva que está divulgando a 17ª Expofeira Estadual do Leite, de Presidente Getúlio, a qual é composta pela secretária de Educação, Oriana Fillagranna, pela agente de educação, Jeana Cris dos Santos, pela assessora de imprensa, Bianca, pelo assessor Joacir e a rainha Nadine Souza, pela primeira princesa, Jéssica Weise, e a segunda princesa, Beatriz Andiará Pereira.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa no dia de hoje. É uma alegria recebê-los.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar o eminente deputado Antônio Aguiar que apresenta uma moção que seguramente imagino ter a assinatura, o apoio de todos nós deputados, com relação à intenção da importação de seis mil médicos. Alguns de Cuba, de outros países que, imagino, podem estar vindo e que certamente também querendo buscar esses médicos para entrarem no mercado de trabalho do Brasil, sem terem que

passar pelo sistema de revalidação do diploma médico deles.

O povo catarinense e o povo brasileiro precisam saber que no Brasil temos 388 mil médicos, que todos os anos se formam de 17 a 18 mil médicos, que a cada semestre se formam nove mil médicos no Brasil.

Enquanto nós discutimos, já se forma uma legião de médicos que poderiam atender à necessidade da população brasileira. E o médico não está no interior não é por que ele não quer. Não é porque ele é mercenário. Ele não está lá, porque infelizmente o atual sistema público, o SUS, dito como o maior programa de saúde do mundo, que no papel é algo excelente, mas que na prática tem uma burocracia que centraliza, faz movimentar as pessoas em longa distância, para receberem atendimento médico, de várias maneiras. Uma delas é não pagando o médico, porque atualmente os procedimentos médicos...

Antigamente eram pagos o médico, o anestesista, todo procedimento era pago diretamente na conta do médico. Agora ele paga na conta do hospital.

Então, essa é a primeira maneira de desestimular o médico de fazer procedimentos em qualquer lugar, inclusive no interior. Segundo, é o tal do credenciamento. Em Santa Catarina, por exemplo, passa pela cabeça dos senhores que Rio do Sul não tem credenciamento para cirurgia neurológica, para cirurgia urológica, para cirurgia gastrointestinal, que não tem alta complexidade?

Então, os pacientes de lá obrigatoriamente precisam ser transferidos para cá, para Lages, para Joinville, para Blumenau. Não podem ser atendidos lá, quando na verdade, em Rio do Sul, tem condições técnicas tanto por parte dos médicos quanto por parte dos hospitais. E assim acontece com um grande número de Santa Catarina.

A terceira grande facada que é dada no sistema de atendimento é a tal da gestão plena. Diz-se que o SUS é para todos, mas na verdade se estabelece um teto. Em Blumenau, só pode atender a 400

pacientes. Dos 800 que estão na fila, 400 ficam de fora. Assim é em Lages, assim é em Joinville, assim é em Brusque, assim é nas 295 cidades. E isso não é coisa do governo do estado, não é coisa do governo municipal. É nacional. É do SUS. Por isso a crise da saúde é nacional.

Agora, não vai ser importando seis mil médicos, deputado Antônio Aguiar, para o Brasil que se resolverá o problema. Isso vai aumentar ainda mais a ambulancioterapia. Se eles ficarem no interior, vai ter mais médicos lá, mandando gente para as capitais, para os centros de referência e aí aumentando um pouco mais, para o centro de referência, aumentando um pouco mais a ambulancioterapia, até porque lá ele vai apenas escrever ao fulano de tal, ao sicrano.

O deputado Antônio Aguiar tem o meu apoio e a nossa assinatura em sua moção.

Quero cumprimentar a delegação de Presidente Getúlio, em nome das princesas Nadine, Jéssica e a Beatriz, que já foram aqui citadas pelo presidente; quero cumprimentar também o público presente nas galerias; saúdo o prefeito Napoleão Bernardes, que hoje recebeu o governador Raimundo Colombo, quando deu a ordem de serviço para a reconstrução de uma escola que será totalmente refeita, que é o Colégio Estadual Carlos Tecentin, que tem mais de 750 alunos, num bairro que cresce muito.

Hoje o estado possui 1.324 colégios estaduais, e o governo do estado está fazendo um grande volume de investimentos na educação, seja na qualificação profissional, seja na valorização do salário, mas também na melhoria dos equipamentos nas escolas e na melhoria da própria escola.

Serão investidos mais de R\$ 500 milhões só em melhorias e na qualidade de ensino, nas escolas de Santa Catarina. Alguns colégios como esse de Blumenau estão sendo feitos totalmente novos e contam com a colaboração dos alunos, dos pais, dos professores.

Naturalmente que isso tudo vai exigir por parte de toda comunidade acadêmica, inclusive dos alunos, uma compreensão muito especial. Então, o

prefeito Napoleão recebeu o governador que foi levar esse investimento de mais de R\$ 7,5 milhões para a construção daquele colégio.

O prefeito Napoleão, em Blumenau, recebeu a primeira parcela dos 53 Jogos Abertos, que este ano acontece em Blumenau. Estava presente o nosso secretário, o Beto Martins, o Vadinho, que também é do nosso município. Foi uma grande festa de lançamento, por parte do governador, das atividades preparativas para os Jogos Abertos que acontecerão em Blumenau.

Por último, sr. presidente, gostaria de reforçar um convite para sexta-feira desta semana, quando a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente estará na Câmara de Vereadores de Criciúma. E foram convidados todos os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores. E estão intimados os conselheiros tutelares, os conselhos municipais de defesa da criança e do adolescente, para discutirmos na região sul de Santa Catarina as medidas socioeducativas, que são cinco ou seis, normalmente aplicadas a menores infratores, que varia desde a repressão até a internação. Com isso, queremos diminuir a incidência de infrações por parte desses menores.

Quero destacar que todos nós, todas as crianças nascem boas, que todas as famílias, os pais, as mães são bons, mas queremos, através da comissão e desta Casa, dar apoio a inúmeras iniciativas que são apoiadas pela família, pela prefeitura, que tem apoio e vontade de muitas entidades religiosas, esportivas, educacionais, que tem apoio de entidades empresariais, de pessoas que pagam Imposto de Renda, enfim, há um conjunto de forças que podemos unir e, sem dúvida, obter um melhor resultado para as nossas crianças.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs., deputados, público que nos

acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, hoje, em especial, cumprimento a equipe lá da Expofeira Estadual do Leite, de Presidente Getúlio. Gostaria de dizer que foi uma satisfação poder aprovar o projeto aqui nesta Casa, que transformou esse evento de festa para Feira Estadual do Leite. Quero cumprimentar a rainha, a primeira-princesa e a segunda-princesa da festa e, em seus nomes cumprimentar toda a equipe que colabora com essa feira e que se prepara novamente fazer esse que é um grande evento, de destaque na região do vale do Itajaí.

Sr. presidente, estou acompanhando na imprensa nos últimos dias, tenho recebido muitas ligações dos prefeitos do nosso partido, tenho visto nos jornais os deputados e o vice-governador anunciando recursos para os municípios, algo em torno R\$ 1,5 milhões, R\$ 2 milhões, para o estado afora.

Pelo que tudo indica são recursos federais, via BNDES. Mas o que queremos saber é se esses recursos, que nós ajudamos a buscar para Santa Catarina, juntamente com a nossa ministra Ideli Salvati e com o nosso deputado Décio Lima, já anunciados em jornais e capas de revistas, têm critérios.

Os prefeitos do Partido dos Trabalhadores estão apavorados porque não sabem os critérios que serão usados para a distribuição desses novos recursos. Estaremos muito atentos a isso. Queremos criar critérios para a distribuição desses recursos, isso não pode ser um troca-troca. Inclusive, há o comentário de que já estão acertando votos com esse dinheiro, visando às convenções que vem pela frente. Teremos que acompanhar isso bem de perto! Mas por enquanto estamos apenas alertando, porque nós, da bancada do PT, do partido do governo federal, estamos aqui para fazer o nosso papel de Oposição, mas para nós, não serve o quanto pior melhor, queremos ajudar Santa Catarina, e o estado está buscando um recurso muito grande. Falo isso porque se somarmos os recursos que o estado arrecada para fazer investimentos, ficará em torno de R\$ 1 bilhão por

ano, somente, vindo do Tesouro. Quer dizer, receber algo em torno de R\$ 9 bilhões, não é pouca coisa, apesar de sabermos que boa parte é empréstimo, mas são recursos que serão investidos em nosso estado e somos totalmente favoráveis a isso. Inclusive, hoje, pela manhã, fizemos uma reunião extraordinária na comissão de Constituição e Justiça para aprovar os projetos e agilizar o processo.

Então, estamos ajudando, mas queremos respeito, não podemos admitir aqui que se faça jogo político-partidário e se discrimine municípios. É justamente isso que o governo federal, a presidente Dilma Rousseff, não está fazendo.

Estive no Rio Grande do Sul na semana passada e me parece que aquele estado está recebendo menos recursos do que Santa Catarina.

Então, não há discriminação e nós não queremos que isso aconteça com os prefeitos do Partido dos Trabalhadores, a exemplo do prefeito Eli Mariott, de Novo Horizonte.

Por isso, vamos acompanhar isso de perto e criar aqui um grande debate, se for preciso.

Mas eu quero tratar, hoje, de um tema central, e que já estou acompanhando há algumas semanas, que é o desconto da energia elétrica.

O governo da presidente Dilma Rousseff, através da Lei n. 12.783, cria uma regra para o sistema energético do Brasil, que é toda uma política de reestruturação e reorganização das concessionárias de energia elétrica. E daí temos aí um desconto de energia elétrica, que no caso de Santa Catarina é de 18.5% aos consumidores residenciais da Celesc.

Agora há uma polêmica. Temos 22 cooperativas de eletrificação no estado, sendo que duas são do vale do Itajaí, uma é do oeste e as demais são do sul do estado de Santa Catarina. Segundo dados, são em torno de 211 mil residências, com 650 mil pessoas, que têm energia, hoje, das cooperativas.

Estivemos no ministério das Minas e Energia, na semana passada, discutindo esse tema. E a partir de toda uma discussão que vem ocorrendo com

a Aneel e o ministério das Minas e Energia, foi incluído na MP n. 605 o art. 17 que propõe que se tire da conta do Fundo de Desenvolvimento Energético do país recursos para custear essa diferença da energia elétrica. E por isso essa Medida Provisória n. 605 tem que ser aprovada até o dia 3 de junho justamente porque ela perderá a sua validade até lá.

Então, há um esforço nesse sentido e eu estou apresentando uma moção, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, no sentido de agilizar a aprovação dessa medida provisória. Felizmente ela já passou na comissão especial e está indo, nos próximos dias, para o plenário para também beneficiar a nossa população que tem energia das cooperativas. Por que isso é importante? Porque atinge especialmente a agricultura familiar.

Eu sou associado de uma cooperativa de eletrificação. Então, temos na região uma cooperativa importante. E, inclusive, na sexta-feira da semana passada foi inaugurada a nova sede e quero parabenizar toda a direção, a equipe de funcionários e os sócios dessa cooperativa, a Ceraçá. Então, temos lá esta cooperativa que atende a mais de cinco mil agricultores e agricultoras familiares daquela região.

Portanto, essa Medida Provisória n. 605 beneficia em Santa Catarina um grande número de pessoas. Segundo levantamentos, em torno de 211 mil residências e 650 mil pessoas são beneficiadas, e que hoje não recebem, deputada Ana Paula Lima, o desconto da energia elétrica. E daí é injusto: de um lado o agricultor que tem energia da Celesc possui um desconto de 18.5%, mas aquele a que é filiado a uma cooperativa não tem esse desconto e está pagando cheio.

Então, há uma injustiça e isso precisa ser corrigido. Nós estamos atuando nessa perspectiva de resolver esse impasse que hoje preocupa tanto as cooperativas quanto também, especialmente, os nossos agricultores, porque essas cooperativas atingem principalmente a área rural. Também há consumidores urbanos, mas, principalmente, são aqueles que atuam na área rural, inclusive

empresas que têm energia dessas cooperativas no nosso estado.

Era isto, sr. presidente, que eu queria registrar no dia de hoje, no sentido de conseguir resolver essa questão e amenizar o custo da energia elétrica para os consumidores, sejam residenciais ou de uma empresa industrial ou comercial no interior do nosso estado e também do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Eu quero iniciar falando de dois pronunciamentos aqui proferidos pelo deputado Serafim Venzon: um na tarde de ontem, e não tive a oportunidade de falar ainda ontem para responder, e outro na tarde de hoje.

Na tarde de ontem, o deputado Serafim Venzon, estava falando da convenção nacional do PSDB. Até aí evidentemente que todo o nosso respeito, era a convenção do PSDB. Divergências programáticas e ideológicas à parte, os partidos políticos fazem convenções. Na tarde de hoje, no entanto, o deputado Serafim Venzon falou dos médicos Cubanos.

Eu quero me reportar sobre esses dois assuntos, porque também ontem, depois de falar da convenção do PSDB, falou da importância da figura de Fernando Henrique Cardoso, ainda como liderança nacional do PDSB, e disse de algumas conquistas durante o governo de FHC. As citadas por ele foram as privatizações. E falou de algumas delas, da geração de energia e da telefonia.

Bom, sobre a telefonia, o que significou a privatização para a telefonia, basta constatar que temos CPIs para investigar o descaso das operadoras privadas de telefonia em praticamente todos os estados da nação, em diversos municípios. Aqui mesmo nesta Assembleia Legislativa, temos uma CPI para tentar pressionar, pelo menos, os órgãos competentes por fiscalizar e regular o

funcionamento da telefonia móvel no nosso país. Ou seja, as empresas privadas não estão nem aí para a qualidade dos serviços que prestam à população. Um completo descaso. E esta Assembleia mesmo é continuamente desrespeitada pelas operadoras de telefonia móvel, que sequer se dignam a responder encaminhamentos formais da Assembleia, aprovado sem sessão plenária.

Então, é um desrespeito absoluto ao poder público pelas operadoras privadas de telefonia, isso que foi apresentado como a salvação da nação, a privatização da telefonia.

No caso da geração de energia elétrica, se tem crescido, e tem crescido, felizmente, é com financiamento público do BNDS. Essas empresas monopólios internacionais têm vindo para cá para lucrar e transferir esse lucro líquido para outras partes do mundo e não investir novamente no país.

E os investimentos são do poder público federal, através do BNDES, tanto para hidroelétrica quanto para a energia eólica, todas as formas de energia são com financiamento do BNDES. E são realidades constadas.

Eu falava outro dia aqui também de outros setores que foram privatizados com festa, com aplausos, na era de FHC. O setor das ferrovias, a rede ferroviária federal foi privatizada no governo FHC, e o argumento é de que seria recuperada a rede ferroviária e ampliada.

O resultado é o que estamos vendo hoje, que o governo da presidente Dilma Rousseff tem sido pressionado por todo mundo, inclusive por nós deste Parlamento, e de forma correta evidentemente, para que ele, o governo federal, volte a financiar, volte a construir ferrovia, porque a iniciativa privada foi incompetente para manter inclusive a precária rede ferroviária que já existia. Não por incompetência, evidentemente, por falta de vontade.

A iniciativa privada, os monopólios querem ganhar dinheiro, não querem investir com perspectiva de médio e longo prazo, querem ganhar dinheiro rápido. Estão lucrando em cima

daquilo que o estado brasileiro investiu, ao longo de anos e décadas, no setor de telefonia, no setor de energia, no setor de telecomunicações em geral, no setor de ferrovia, no setor de rodovia, também. Os pedágios são o quê, se não são a privatização das rodovias?

Então, querem ter lucro rápido e fácil, sustentados numa base material, que foi construída pelo povo brasileiro, através de um poder público, em décadas da história do nosso país. E após sugarem tudo, deixarem tudo sucateado, recorrem de novo ao poder público, para que invista novamente, para criar uma nova base que possa avançar nessa produção.

O Sr. deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero me reportar, nobre deputado, realmente às ferrovias que v.exa. citou. A ferrovia que foi privatizada, foi uma concessão à ALL.

Pois bem, essa ALL não só não fez funcionar a Rede Ferroviária Federal como vilipendiou a Rede Ferroviária Federal. Retirou os trilhos, retirou os dormentes, sumiu com os vagões, sumiu com um monte de coisas.

Então, o que acontece? Em vez de melhorar o setor ferroviário, pioramos ainda mais.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, é uma satisfação ter o aparte de v.exa., sobretudo trazendo esse testemunho, o senhor que conhece, no planalto norte, o que a privatização fez com o sistema ferroviário.

Venderam os trilhos em vez de recuperar, ampliar e recuperar. O que a privatização fez? Vendeu o trilho no ferro velho, usou o material para outra coisa, na indústria, e desmanchou o pouco que tinha de ferrovia. Então, isso a gente não pode deixar de registrar.

Acerca do discurso de hoje, deputado Serafim Venzon, com todo respeito, tenho grande amizade

com ele, uma pessoa fácil de conversar, de boa relação, mas ontem e hoje ele veio defender uma política que não dá para deixar passar, porque senão vai até parecer que neste plenário não tem ninguém que pensa diferente. E evidentemente que tem.

Hoje ele falou de forma crítica, contrária à contratação de médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil, e criticando o governo federal da presidente Dilma, que eu espero que mantenha a posição e que não volte atrás, porque parece que no jornal estrangeiro, lá na Espanha, já saiu a notícia de que a Dilma já está pensando melhor, ou seja, há pressão das corporações médicas do Brasil.

A realidade é que os médicos brasileiros, em número insuficiente, preferem ficar nos litorais e nas cidades maiores e se recusam a ir para os cantões. Essa é a realidade. E a contratação desses médicos de diversos países, inclusive de Cuba, da Espanha, de Portugal, era justamente para trabalhar nos lugares onde os médicos brasileiros não querem ir, para atender à população pobre. Não iriam competir com as empresas privadas de planos de saúde, as unimed's da vida, não iriam competir porque não trabalhariam em Florianópolis e talvez nem em Santa Catarina.

Trabalhariam no nordeste, na Amazônia profunda, mas mesmo assim as corporações médicas brasileiras... E admiro-me de um deputado, com uma visão social diferente, se entende que deveria ter, vem aqui se posicionar com essa tese de ser contrário à presença de médicos estrangeiros para atender à população pobre do Brasil, lá no sertão nordestino e lá na Amazônia distante e profunda, onde os médicos brasileiros não querem ir.

Então, estão mesmo preocupados com a saúde do povo brasileiro ou estão preocupados com a concorrência, com a sua posição corporativa e com a lógica do lucro privado, de ganhar dinheiro e ter cada vez menos médicos para poderem cobrar cada vez mais em virtude da insuficiência de profissionais?

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Quero parabenizar v.exa. pela firmeza como coloca esse tema aqui em pauta. Não é possível, mesmo lá no nordeste, mesmo aqui no interior, em municípios mais distantes como Galvão, São Domingos, Coronel Martins ou Irati... Paga-se no mínimo acima de R\$ 20 mil, R\$ 22 mil, R\$ 24 mil para os médicos, mas não tem médico para trabalhar no serviço público.

Então, precisa se resolver isso, e parabenizo a iniciativa do governo da presidente Dilma em olhar para esse lado social.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Há um assunto que é a relação de uma delegada com os policiais militares, lá na serra catarinense, deputado Maurício Eskudlark, que vamos ter que discutir. Então volto a falar na sessão de amanhã.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dóia Guglielmi.

(Pausa)

Na ausência deste, o próximo partido é o PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar por até 14m.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. e sras. deputadas, é com satisfação que estamos aqui hoje falando um pouco da comunidade polonesa. Ontem, no plenarinho desta Casa, tivemos uma importante reunião, com a posse da Associação Polonesa de Florianópolis.

(Passa a ler.)

"E nós, como deputado estadual, fizemos a Lei n. 14.164, de 26 de outubro de 2007, que tem o objetivo de prestar homenagem a essa comunidade

pela contribuição de colonizadores dessa nação ao estado de Santa Catarina.

É significativa a contribuição à vida brasileira dos imigrantes poloneses aqui chegados, desde o final do século XIX e, especialmente, no estado de Santa Catarina, a partir de 1869. Atualmente o Brasil, ao lado da França, ocupa a terceira colocação em número de poloneses que vivem fora de seu país, com cerca de um milhão e meio.

Essa imensa comunidade tem no dia três de maio a Data Nacional da República da Polônia, o Dia da Constituição, que foi promulgada em 1791, e é considerada a primeira constituição moderna da Europa. Contemporânea da Constituição Americana e também da própria revolução francesa, com sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Carta Polonesa foi precursora na garantia da pluralidade religiosa e no respeito aos contratos de trabalho estabelecidos entre nobres e agricultores.

O desejo de liberdade, de autonomia política e progresso, fez do povo polonês um exemplo de luta. Ao longo da história, o espírito de três de maio tem inclusive permeado as relações bilaterais entre Brasil e Polônia. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a legitimidade do governo da Polônia independente, estabelecendo relações diplomáticas em 26 de maio de 1920.

Em 1961, essas relações diplomáticas foram elevadas em nível de embaixadas. Hoje existem, além da Embaixada em Brasília, os consulados-gerais de Curitiba, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na América Latina, o Brasil é o primeiro parceiro da Polônia, tanto do ponto de vista político, quanto econômico.

Não bastassem os motivos históricos e econômicos, o legado cultural do povo polonês às tradições e costumes dos catarinenses está hoje indissolúvel no nosso cotidiano. Assim considero importante a lembrança da data nacional daquele país, instituindo o dia três de maio como o Dia Estadual da Imigração Polonesa no âmbito do estado de Santa Catarina.

E nós, como criador desta lei, indicamos que o dia 03 de maio seja considerado a data da imigração polonesa. Esse povo de fé, esse povo que lutou pela liberdade, um povo persistente, um povo sofrido.

Portanto, nossos parabéns à entidade polonesa."

Também gostaria de me reportar ao importante tema que hoje está vivendo Santa Catarina, que é o tema das ferrovias. E eu, como filho de ferroviário, não poderia deixar de fazer a nossa manifestação para que tenhamos a Ferrovia do Frango reperfilada através da antiga ferrovia Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa ferrovia sairia do projeto de Chapecó, Herval do Oeste, Caçador, Porto União, Mafra, Jaraguá do Sul, Joinville e o Porto de São Francisco.

Ora, a ferrovia é, sim, um tema importante para nós. Temos a certeza de que, juntamente com o nosso deputado estadual Darci de Matos, realizaremos, nobre deputado Maurício Eskudlark, no dia 7 de junho, uma importante audiência pública, com a presença do nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira, com a presença de deputados estaduais, dos senadores Paulo Bauer e Casildo Maldaner, enfim, pessoas que estão pensando em Santa Catarina, pensando no planalto norte também, pois nos foi tirada a ferrovia nos idos de 1970.

Foi falado aqui anteriormente, deputado Maurício Eskudlark, que tiraram a nossa ferrovia, uma ferrovia histórica. A Ferrovia do Contestado significa muito para nós, porque através dela transportávamos madeira, cereais. E lá em Irienópolis até hoje existe lá a moega onde eram embarcados de seis a oito vagões de soja por dia.

Isso significa que temos potencial econômico para reativar essa importante rodovia. E mais, essa importante ferrovia não é uma ferrovia nova, é o reperfilamento que iremos fazer, e por quê? Porque já temos o leito pronto e não precisamos pedir licença ambiental. Nós temos, sim, a bitola diferente, ou seja, a bitola de um metro. E queremos a bitola de 1,60m. Queremos que os nossos

produtos cheguem ao Porto de São Francisco, cheguem ao Porto Itapoá e cheguem, sem dúvida nenhuma, com o crescimento e desenvolvimento das regiões que falamos. Na Ferrovia do Frango é muito mais fácil fazer 70 quilômetros de ferrovia, de São Francisco a Itajaí, fazendo parte já da Ferrovia Litorânea.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Com prazer concedo um aparte ao nobre deputado Maurício Eskudlar.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria agradecer pela oportunidade, deputado, e comungar desse pensamento de v.exa. com referência à ferrovia. E quero unir os dois pronunciamentos feitos, porque me lembro de quando com meu pai saía de Canoinhas para ir a Porto União, União da Vitória, de trem, já que ele era celeiro produzia os arreamentos e levava para vender no município de Porto União.

Então, naquela época já utilizávamos a ferrovia. E vejo que é muito importante aumentar a bitola para permitir maior capacidade de carga e maior velocidade dos trens, mas o leito já está feito, e a nova é importantíssima! Revitalizar ou reestruturar a existente é muito importante.

Parabenizo v.exa. que foi o autor da lei em homenagem aos poloneses. Penso que entre os 40 deputados da Assembleia eu seja o único descendente polonês.

Sou grato por essa homenagem, pela importância que os poloneses têm no desenvolvimento do nosso estado. Eu tenho na minha casa um relógio que o meu avô trouxe da Polônia. Mas o que quero é registrar o reconhecimento a v.exa. pela criação dessa homenagem aos poloneses. E também dizer que é muito importante a reativação da ferrovia no planalto norte catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Vou ceder um aparte a v.exa. que também é autor, com este deputado, do requerimento da grande audiência

pública em Joinville, e um lutador pela nossa ferrovia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Eu desejo parabenizar v.exa. não só pelo pronunciamento, mas também pelas ações que v.exa. tem empreendido ao longo dos anos, sobretudo nesses últimos meses, defendendo de forma consistente e com dados o traçado da Ferrovia do Frango, passando pelas regiões de Caçador, Porto União, Canoinhas, Mafra, ligando ao Porto de São Francisco do Sul. Sem dúvida alguma, esse é o traçado ideal. Quem sabe até possamos, não em detrimento do traçado que liga o porto de Itajaí, Blumenau ao alto vale, mas esse traçado que acabei de colocar e que o deputado Antônio Aguiar tanto defende, que tem uma extensão de 250 quilômetros a menor.

Então, são quase R\$ 1 bilhão a menos que nós vamos gastar na implantação dessa ferrovia. E com um braço a Ferroeste, que vai do porto de Paranaguá a Cascavel e a Amaral, em Mato Grosso, pode interligar esses três estados. Então, essa ferrovia, além de ser mais barata, vai trazer grãos do meio-oeste para o único porto graneleiro de Santa Catarina, que é o Porto de São Francisco, o que irá desenvolver aquela região de menor IDH de Santa Catarina, que é a região de Canoinhas, a região do Contestado.

Portanto, eu e o deputado Antônio Aguiar protocolamos o pedido dessa audiência pública em Joinville e vamos mobilizar prefeitos, senadores, autoridades políticas, empresariais, da sociedade civil organizada, para debatermos efetivamente esse traçado que é muito importante para o desenvolvimento da economia de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado pelo apoio dessa grande audiência pública que se realizará no próximo dia 7 de junho. Temos a certeza de que os deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves farão fileiras conosco para que essa grande ferrovia saia do papel.

Quero explicar aos catarinenses que essa ferrovia já existe, pois já tem o leito pronto e não precisa mais de licença ambiental, porque para isso levam três anos, quatro anos. Então, temos

que aproveitar o leito já existente para fazer com que o transporte ferroviário seja feito pelo planalto norte, saindo de Chapecó, Herval do Oeste, Caçador, Porto União, Mafra até Joinville, com a certeza de desembarcar no Porto de São Francisco do Sul. E por que não fazer também de São Francisco do Sul a Itajaí, uma ferrovia de 70 quilômetros, pois Itajaí também será beneficiada.

Portanto, essa ferrovia que nós falamos aqui é mais barata, vai ser construída em menos tempo, já tem o leito ferroviário e achamos que, sim, é a primeira viabilidade do governo federal em termos de ferrovia para Santa Catarina.

Queremos, também, a ferrovia que passa pela cidade de Blumenau da deputada Ana Paula Lima, queremos. Mas queremos que o planalto norte que é menos desenvolvido tenha prioridade nessa ferrovia, por motivos econômicos e óbvios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, vou fazer o meu pronunciamento no horário do meu partido para falar um pouquinho da nova lei dos portos, mas sem dúvida alguma não poderia deixar de lincar essa minha posição à questão da importância fundamental de investimentos urgentes no sistema de ferrovias de Santa Catarina e do Brasil.

Sem dúvida alguma, deputado Kennedy Nunes, o Brasil, apesar dos pesares, em 2020 poderá ser a quinta economia mundial. Eu diria que nós estamos ganhando o jogo, deputado Antonio Aguiar, por 1 x 0 em termos econômicos, de crescimento do país, mas no meu entendimento poderíamos estar ganhando de goleada, de 5, 6, 7 a zero.

Nós temos a crise americana, asiática e a europeia. E o Brasil tem conseguido, por uma série de fatores, passar praticamente ao largo dessas crises. Mas poderíamos aproveitar esse bom momento no contexto internacional econômico para dar um salto de crescimento. O nosso PIB de 1%, deputado Antonio Aguiar, poderia ter sido 3%, 4%, 5% ou 6%. Nós estamos com a inflação na casa dos 5%, 5,5% ou 6%, e isso nos preocupa muito. Assim, isso significa dizer que, apesar dos esforços da presidente Dilma Rousseff, que tem sido generosa com Santa Catarina, o Brasil poderá estar perdendo uma grande oportunidade de dar esse salto de crescimento e de qualidade de vida nessa última década.

Também sabemos, deputado Antonio Aguiar, v.exa. que tem tratado desse tema, que temos alguns gargalos, problemas, deputado Sandro Silva, que impedem esse crescimento desejado, que não acontece, do nosso país. Por exemplo: a excessiva carga tributária, a lentidão nos processos judiciais da nossa Justiça que é muito lenta e onerosa, a questão ambiental, pois é muito difícil você conseguir aprovar um grande projeto, como aconteceu aqui em Florianópolis, quando houve a possibilidade de investimento do empresário Eike Batista, que no final das contas acabou passando a perna em todos nós. E o principal gargalo, deputada Ana Paula Lima, sem dúvida alguma, como disse, apesar dos esforços da presidente Dilma Rousseff, que impede o crescimento do Brasil e que poderíamos estar muito melhor nessas últimas décadas é, deputado Kennedy Nunes, a falta de infraestrutura, de energia, de rodovias e, sobretudo, de aeroportos que agora foram privatizados, felizmente, de portos e ferrovias.

Deputado Dirceu Dresch, esse é o grande problema. E não estamos aqui para buscar culpados, porque também estivemos no governo federal durante oito anos. E essa questão de infraestrutura não se resolve em dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos. Eu diria que isso é uma deficiência dos últimos governos, inclusive do governo do meu partido. E faço aqui um *mea culpa*.

Dito isso, quero dizer que acompanhamos atentamente o esforço da presidente Dilma Rousseff, o esforço da nossa ministra Ideli Salvatti, o esforço do governo, para mobilizar o Congresso Nacional, para aprovar a nova lei dos portos. Uma lei necessária, importante, fundamental, que efetivamente dá uma adequação à nossa legislação, para que os nossos portos possam ser mais eficientes, mais baratos, mais racionais, que dá a possibilidade, deputada Ana Paula Lima, de a iniciativa privada investir recursos nos portos do nosso país, porque não temos recursos públicos. E aí a revista *Veja* trouxe uma matéria dos dados. E estampa das filas do porto de Paranaguá, de 79 quilômetros, do porto de São Paulo, de 400 quilômetros, do litoral do Paraná, de 103 quilômetros. Quer dizer, é um absurdo. Não estou dizendo que isso é uma deficiência somente do governo Lula e do governo Dilma. É também do nosso governo, que não fez aquilo que deveria ser feito. Mas sem essa lei, sem dúvida alguma, não teríamos condições nenhuma de transformar o nosso país num país competitivo.

Deputado Moacir Sopelsa, eu estava lendo um artigo, e o articulista colocou muito bem. Coube ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso dar estabilidade econômica ao país. E isso ninguém pode tirar do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso é inegável. Coube ao ex-presidente Lula as ações efetivas com o social, com as pessoas pobres, com as pessoas menos favorecidas deste país. Ele, efetivamente, implantou políticas públicas para resgatar a dignidade, a cidadania de milhares e milhões de famílias brasileiras. Esse é outro legado que ninguém pode tirar do ex-presidente Lula. Agora, esperamos o que da presidente Dilma Rousseff? Esperamos, como disse o articulista, que ela possa preparar o nosso país nesses quatro anos. E quem sabe e possivelmente estaremos juntos com a presidente Dilma Rousseff nos próximos quatro anos da próxima gestão, para preparar o Brasil e deixar o legado para que o país possa ser um país competitivo.

Esperamos o legado da competitividade, que o país possa estar preparado na sua legislação ambiental, no campo judiciário, no campo tributário, no campo da infraestrutura, para receber os grandes investimentos internacionais, porque o Brasil é a bola da vez. Nós estamos sendo percebidos pelo mundo inteiro.

Eu estive há um ano e meio na Espanha, e os jovens espanhóis me diziam: deputado, nós queremos ir para o Brasil, porque o Brasil está crescendo, porque o Brasil está se transformando em uma potência mundial. Lá vamos ter a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo, as Olimpíadas.

Então, precisamos efetivamente aproveitar essa onda positiva, esse cenário positivo, para que o Brasil possa ser um país competitivo. E essa, no meu entendimento, e estou roubando aqui a tese do articulista, é a tarefa da presidente Dilma Rousseff, ou seja, tornar o Brasil um país competitivo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. deputado, v.exa. está empolgado em falar do nosso querido país, no qual todos têm uma parte de responsabilidade de conduzi-lo e construí-lo, ou seja, todos os brasileiros afinal que estão trabalhando, lutando e que acreditam no nosso país.

Mas quero ressaltar que temos no nosso país eleições a cada quatro anos para prefeito, governador ou presidente. E infelizmente grande parte dos nossos governantes olham para esses quatro anos e pensam um projeto para quatro anos e isso é muito pouco. A grande diferença do presidente Lula foi olhar para o Brasil por 50 ou 60 anos, na questão da educação, das políticas sociais e também na questão da infraestrutura.

Que bom que temos filas nos portos, e antes não tínhamos, isso é sinal que estamos crescendo. Agora, o país também não tem as mínimas condições de crescer 7% ou 8% ao ano, porque estoura a infraestrutura de aeroportos, portos, rodovias,

não temos ferrovias. Então, precisamos crescer sustentavelmente. De forma lenta, com segurança e preparar de fato a infraestrutura e aí não tenho problemas em dizer que sou contra a privatização, mas também concordo que precisa haver concessões, pois há serviços centrais que não podem ser

Da iniciativa privada, tem que ser público, o estado tem que dirigir. Pode se fazer concessões, mas não podemos vender o patrimônio público do país.

Concordo, portanto, com boa parte da intervenção de v.exa.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Nós, liderados pelo nosso grande governador Raimundo Colombo vamos ajudar a presidente Dilma a conquistar esse outro mandato para que ela possa transformar o Brasil num país competitivo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Concordo com v.exa. e com o deputado Dirceu Dresch. O PMDB já é governo, mas temos certeza de que a presidente Dilma fará, sim, diferença em Santa Catarina.

Eu, como médico, tenho que defender a classe médica, mas em termos de crescimento e de desenvolvimento v.exa. foi perfeito, deputado Darci de Matos, em abordar o tema e citar os entraves que existem no crescimento e desenvolvimento do nosso estado e do país.

Quero ainda parabenizar v.exa. por essa grande audiência pública em Joinville, juntamente com o deputado Sandro Silva. Estaremos lá no dia 07 de junho as 16h com o nosso senador Luiz Henrique da Silveira, com deputados federais, estaduais e outros senadores para fazermos um grande debate sobre ferrovia.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Vamos fazer esse grande evento na maior cidade de Santa Catarina, reunindo inúmeras autoridades, porque o transporte ferroviário é da maior importância. Transportamos apenas 5% da nossa economia via ferroviária, enquanto que países desenvolvidos transportam até 45 ou 50%.

Acho que somos o único país que nas últimas décadas diminuimos a nossa malha ferroviária. Nós tínhamos ligação ferroviária para o alto Vale, para Rio do Sul, que foi absurdamente desativada. Então, é o momento da retomada!

Temos também a perspectiva da ferrovia litorânea, mas existe alguns questionamentos da importância dessa ferrovia litorânea, pois qual a intenção do porto de Itajaí, por exemplo, mandar carga para o porto de Imbituba e vice-versa.

Isso tem que ser rediscutido, mas é uma ação importante do governo federal, que espero que faça a ferrovia litorânea, esperamos também que conclua a BR-101 e que dê o pontapé inicial na fazer essas duas grandes obras nesse governo, ela fará na gestão seguinte, se Deus quiser.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-tarde, sr. presidente, srs. parlamentares, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Tenho uma série de assuntos a tratar, sr. presidente, há muitas provocações, mas como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, temos compromissos e, sendo assim, preciso ater-me a alguns assuntos, na defesa, sim, do governo da presidente Dilma Rousseff, porque é um governo diferenciado, assim como foi o do presidente Lula, mencionados, inclusive, por deputados que não são do nosso partido e que entenderam que o Brasil durante esses dez anos do governo do PT, mudou significativamente, principalmente, a vida do povo brasileiro.

Mas vou abordar um assunto que, tenho certeza, srs. deputados, tocará o coração de vocês, e os demais assuntos, como a Ferrovia do Frango e a vinda de médicos para o Brasil para atender a

nossa gente mais carente, falarei num segundo momento.

Gostaria de anunciar, primeiramente, a boa-nova: Dilma Rousseff é a segunda mulher mais poderosa do mundo, conforme a revista *Forbes*, atrás apenas da chanceler alemã Angela Merkel.

Com certeza isso se deve a grande gestão do seu governo, à eficiência no seu trabalho na defesa das pessoas, nas ações que tem defendido, não apenas no Brasil, dando exemplo para todo o mundo.

(Passa a ler.)

"Gostaria de registrar, sr. presidente, que há coisas na vida que precisamos ter pressa, que são urgentes. Falo das coisas para as quais não pode existir espaço nem lugar para indiferença, acobertamento ou intolerância, falo de vida, de gente.

Senhoras e senhores, o que me traz à tribuna no dia de hoje é a minha indignação como mãe, mulher, esposa, cidadã, enfermeira e o meu mais profundo repúdio aos atos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso estado e em nosso país.

No dia 18 de maio tivemos um dia de reflexão para essas coisas que vêm acontecendo com muita frequência no estado de Santa Catarina, para construirmos um mundo de paz, mais justo, com dignidade para todos, que, tenho certeza, sonhamos para os nossos filhos e netos. Queremos viver num mundo com dignidade no qual devemos ser firmes contra qualquer manifestação de violência, pois é difícil definir qual é a pior delas. Porém, quando falamos de atos praticados contra crianças e adolescentes, que não têm como se defender, é algo que mexe com o que há de mais humano entre nós, acredito, pois não se trata de algo civilizado, normal, mas que tem acontecido com as nossas crianças e adolescentes há várias décadas.

Com os avanços sociais que temos conquistado, hoje é possível termos alguma noção do quadro de verdadeiro horror que acontece dentro das casas, escondido, camuflado e dissimulado.

No último sábado, Dia Nacional de Luta Contra Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, alguns dados foram revelados sobre esse tipo de violência. Nem todos, mas alguns.

De acordo com os dados do Programa Sentinela Estadual, a cada mês cerca de 500 crianças e adolescentes sofrem abusos, o que significa a ocorrência, no estado de Santa Catarina, de 16 casos, diariamente. O mais assustador é saber que esses números não representam nem 10% dos casos. As autoridades judiciais acreditam que de 80 a 90% dos crimes não chegam a ser denunciados pelas famílias ou por crianças e adolescentes.

A nossa pergunta é a seguinte: por quais razões esses crimes não são denunciados e não temos as estatísticas reais no nosso estado?

Entendo que ainda vivemos sob a cultura do silêncio e medo. As nossas meninas e meninos sofrem calados, são molestados e violentados dentro de suas casas", onde deveriam ter carinho, amor, tranquilidade e segurança de poder brincar, estudar e ser acolhido pelos pais. E a maioria dos casos de violência sexual acontece dentro da casa dessas famílias. "E muitas delas são aliciadas para alimentar uma das mais perversas formas de comércio na atualidade, que é a prostituição infantil, infelizmente."

Ora, nem os animais fazem isso, senhoras e senhores. Até os animais têm cuidado com os seus filhotes. Abusar sexualmente de criança e adolescente não dá para ficar calado!

(Continua lendo.)

"Todas as pesquisas apontam que os abusos são praticados por parentes ou pessoas próximas à família. Por medo ou vergonha, a vítima geralmente silencia." Quando a criança é muito pequena, ela pensa que é até normal acontecer aquilo com ela. Mas ela se silencia também por medo de denunciar o seu agressor, que pode ser o pai, um parente, o irmão, o tio ou algum amigo da família. "Em muitos casos, a pouca idade não permite nem que a criança tenha a possibilidade de fazer a denúncia do que está ocorrendo com ela. É fundamental a atenção

quando há uma mudança de comportamento que possa evidenciar esse tipo de violência."

E os pais, mães, principalmente, têm que estar atentos à mudança de comportamento dessa criança, assim como os amigos da família e os professores.

(Continua lendo.)

"Tenho destacado, srs. parlamentares, a importância de rompermos com o silêncio. Essa mudança cultural é de responsabilidade de todos nós. Como pretendemos ter uma sociedade mais saudável, com pessoas inteiras, tanto no corpo quanto na mente, sem traumas, se não cuidamos das nossas crianças?"

Vivemos um mundo de violência. Vemos o que tem acontecido no nosso estado com a superlotação dos presídios, com as pessoas andando nas ruas buscando até, às vezes, a droga para sanar um problema que teve na sua infância, e que não teve a coragem ou o respaldo para ser atendido.

(Continua lendo.)

"São necessárias mudanças, srs. parlamentares, de posturas individuais, mas também ações coletivas. Os governos municipais, o governo estadual e o governo federal têm a obrigação de investir em políticas públicas que levem a informação, que previnam essa brutalidade. Os agressores também não podem ficar impunes" - porque se agredem uma criança, hoje, vão agredir muitas outras crianças, é só ter a oportunidade -, "reproduzindo os ataques a pessoas indefesas."

Há um estudo que mostra que a criança que foi agredida, abusada, pode ser a que estará cometendo também essa agressão futuramente.

(Continua lendo.)

"Entre as questões que eu levanto, está o fato de que, uma vez identificado o abuso, as vítimas, muitas vezes, são retiradas de suas casas e recolhidas em abrigos." Essa é uma discussão que temos que fazer, pois os abrigos no estado de Santa Catarina estão superlotados de crianças e adolescentes e, às vezes, são vítimas do abuso sexual. Elas são tiradas das suas casas e quem fica fora e impune é o agressor, srs. parlamentares, e isso nós não podemos defender.

(Continua lendo.)

"Todos os esforços para informar a população e coibir os atos de abuso são importantes e necessários."

Eu quero dar o parabéns ao Ministério Público de Santa Catarina, que na semana passada lançou a campanha "SE VOCÊ VIU, DENUNCIE". Através de campanhas como essa é possível divulgar cada vez mais o serviço de denúncia DISQUE 100. Esse serviço recebeu, em 2012, 40.799 denúncias em todo o país. É muita coisa. É muita criança sendo explorada sexualmente. É muita criança e adolescente vítimas do abuso sexual.

Em Santa Catarina, foram 1.135, que representa 2,48% do total das notificações. Estou falando as que foram notificadas, fora aquelas que não tiveram o direito de serem notificadas.

Mais uma vez, sras. e srs. parlamentares, é fundamental darmos um basta nesse tipo de violência que para mim é a mais perversa que tem.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com satisfação a presença do jornalista, radialista e empresário Lúcio Mauro, que dirige a Rádio *Clube de Joinville* e que faz um trabalho comprometido com a nossa comunidade. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL- Obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que está presidindo a sessão, srs. deputadas e deputados, todos que acompanham a sessão através da TVAL e Rádio Digital, também as pessoas presentes aqui no plenário, claro que já repercutiu pela imprensa nacional, mas sempre é importante ressaltar aqui no plenário e que fique

registrado também nos anais da Casa, a grande convenção nacional do PSDB, realizada neste último final de semana, quando foi eleito o senador Aécio Neves para presidir o PSDB nacional, nos próximos dois anos.

Mais importante do que a eleição de Aécio Neves foi a reafirmação dos ideais tucanos, dos ideais da Social Democracia, liderada pelo nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo ex-governador, prefeito e candidato a presidente José Serra e tantas outras lideranças nacionais que estiveram presentes, todos caminhando para o mesmo sentido. O sentido de buscarmos um discurso único do partido, não apenas um discurso político, mas um discurso desenvolvimentista de trazer aos brasileiros novamente uma perspectiva sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, sustentável especialmente na questão da moralidade e da ética, e tantos outros pontos abordados na convenção nacional.

Diante disso, ficou o compromisso do partido também na sua reestruturação nos estados, especialmente também em nosso estado, onde a convenção foi postergada, adiada, mas no sentido de buscarmos o mesmo encaminhamento, ou seja, a reunificação das lideranças, a reunificação do discurso, da plataforma e com isso estarmos prontos para o grande embate nacional para o próximo ano, quando algumas questões, deputado Dóia Guglielmi, nosso líder, com certeza, serão debatidas.

Quanto à questão do discurso fácil, aqueles que hoje governam o nosso país e que esqueceram muito das suas causas e origens, a questão economia, que foi o PSDB o partido que quando esteve na Presidência da República conseguiu eliminar da vida dos brasileiros um dos maiores problemas tanto dos trabalhadores como dos empresários, enfim, da sociedade, que era a inflação.

Graças àquela política econômica desenvolvida naquele período, criou-se uma plataforma para que o país pudesse ter a estrutura, o desenvolvimento, mas lamentavelmente milhões e milhões de

oportunidades ainda são perdidas. O país não consegue resolver problemas de infraestrutura, no que diz respeito a vários pontos que estrangulam o desenvolvimento econômico do nosso país. O PIB do país cresce a menos de 3% anualmente, enquanto outros países em iguais condições crescem 7%, 8% ao ano, e o nosso problema está principalmente em não conseguir resolver questões de infraestrutura.

O atual governo federal não consegue apresentar propostas, tanto na área dos portos quanto na área de rodovias, ferrovias, também em outras estruturas necessárias. Mas não é só questão econômica, temos também a questão do desenvolvimento social.

Se hoje o atual governo comemora a inclusão social de milhares e milhares de pessoas economicamente, também teve, lá no PSDB, o início dessa plataforma, através de várias ações que foram desenvolvidas não só neste apoio clientelista, apenas, poderíamos chamar assim, das bolsas de recursos apoio, mas especialmente na oportunidade de entrar no mercado de trabalho através da educação, através da melhoria da infraestrutura da educação.

Então, dentro desse discurso, vamos apresentar no ano que vem o senador Aécio Neves, governador de Minas Gerais, que por oito anos governou aquele estado e tem a sua capacidade de gestor já comprovada. Ele vai ser o nosso candidato a presidente da República e com isso criar uma nova alternativa, uma nova esperança para aqueles brasileiros que já não acreditam mais neste populismo que está hoje instalado no governo federal.

Este governo se preocupa apenas na questão clientelista, na questão de fazer favores e em contrapartida ter apoios políticos. Está aí o grande número de ministérios, 29, se não me engano, que estão criados para atender à sua base política e com isso dividir favores.

Dentro disso, quero também, deputado Dória, nosso líder, dizer que estamos avançando dentro desse pensamento interno. V.Exa., como nosso líder da bancada, tem debatido em muitos momentos, nas

nossas reuniões de bancada, junto com os demais deputados, essa nova perspectiva para o projeto do ano que vem.

Estamos solidários, somos parceiros e acreditamos que essa proposta do PSDB, com aliados que possivelmente serão conquistados nessa proposta, mas aliados com clareza, sem ter que ter a política do toma lá dá cá e ser uma política autêntica, verdadeira para o nosso país... E aqui volto a ressaltar também, dentro desse entendimento, a nossa proposta.

Ainda, para aproveitar os três minutos que faltam, sr. presidente, volto a ressaltar, reforçar o convite que já fizemos, no dia de ontem, a todos os srs. deputados, da nossa jornada da semana que vem, na comissão do Orçamento Regionalizado, quando estaremos na região do oeste, meio-oeste de Santa Catarina, a começar pela cidade de Concórdia, onde os deputados Neodi Saretta e Moacir Sopelsa serão os anfitriões da audiência pública.

Deputado Ciro Roza, na segunda de manhã e à noite estaremos em Joaçaba. Depois, continuando o nosso roteiro na cidade do nosso vice-presidente, deputado Romildo Titon. Na terça-feira de manhã estaremos em Campos Novos; na terça-feira à noite, em Curitibanos, na quarta-feira de manhã, em Videira, terminando o nosso roteiro em Caçador.

Por isso, mais uma vez quero reafirmar o nosso compromisso a todos os deputados estaduais que defendem esse modelo do Orçamento Regionalizado que há anos estamos defendendo. Agora é o momento importante da participação dos deputados, já que há uma grande mobilização por parte das lideranças locais, principalmente prefeitos, vereadores, vice-prefeitos e também presidentes de entidades que estão comparecendo em grande número às audiências públicas. Também a participação clara do deputado, não apenas do deputado da região, os deputados membros da comissão, mas todos os deputados estaduais, no sentido do fortalecimento das audiências públicas.

Então, era isso, sr. presidente. Agradeço o espaço, em nome do PSDB.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Na ausência de orador deste partido, o próximo horário pertence ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, ocupo a tribuna hoje para noticiar aos parlamentares, aos que estão aqui na Casa e aos que assistem pela TVAL que, durante a primeira onda de ataques que Santa Catarina viveu, ainda no ano passado, formulamos junto com a Câmara de Vereadores de Florianópolis, em particular com o vereador Ricardo Vieira, a proposição de construir uma Frente Parlamentar de Combate à Violência em Santa Catarina.

Reavaliamos e achamos que era melhor esperar um momento de mais tranquilidade. Logo em seguida veio uma segunda onda de ataques, e novamente achamos que não era o momento, que não iria contribuir com os debates, se instalássemos a Frente Parlamentar.

Ao longo dos últimos meses, a Frente se desenvolveu, e temos a assinatura de 13 parlamentares desta Casa. A Câmara de Vereadores de Florianópolis, de São Bento do Sul, de Concórdia e de Campos Novos também estão subscrevendo a Frente Parlamentar que é mista. E fizemos o lançamento dessa frente na semana passada, com a proposição de debater o tema da prevenção e da segurança no estado de Santa Catarina, convidando entidades como o Instituto Wilson Groh para nos relatar a experiência exitosa que vive no combate à violência.

No entanto, esses últimos acontecimentos precipitaram para que essa Frente Parlamentar pudesse atuar imediatamente. Nós tínhamos programado uma reunião para o dia 27 de maio, na Câmara de Vereadores de Florianópolis, e antecipamos para hoje à tarde, numa reunião de emergência da Frente. À disposição estavam

presentes os deputados Darci de Matos, Jailson Lima, Neodi Saretta e Dirce Heiderscheidt, para nós amanhã, às 14h, fazermos uma inspeção no presídio de São Pedro.

Os acontecimentos que têm sido noticiados nos últimos dias exigem de nós, senhores, uma posição muito firme para que não vejamos acontecer uma terceira onda de violência em Santa Catarina. Não é coincidência a queima do ônibus, ser alvejada a Câmara de Vereadores de Itajaí. Pelo menos esses dois acontecimentos seguem o mesmo padrão das outras ondas de ataque, e nós precisamos ter uma ação protagonista, aqui, da Assembleia Legislativa, junto com a Câmara de Vereadores, não no sentido de fulanizar o debate, não no sentido meramente de apontar as dificuldades, mas de propor soluções.

O que se está vendo é que os presos acharam um canal vitorioso para falar com a população, que são os ônibus queimados, o terror nas ruas. Não podemos permitir que isso aconteça; nós precisamos agora estabelecer o diálogo, e a Frente Parlamentar está disposta a fazer esse papel.

Na terça-feira, na manhã de ontem, portanto, fizemos uma audiência que foi proposta pelo deputado Padre Pedro Baldissera, no âmbito da comissão de Legislação Participativa, a qual presido, pedindo ao governo do estado para que possa instalar, em Santa Catarina, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, pois uma tarefa como essa poderia ser cumprida por esse conselho. Uma medida de baixo impacto orçamentário, pois o conselho não precisa de uma grande estrutura, apenas de condições para desenvolver minimamente o seu trabalho.

Nós poderíamos ter, na presença do conselho, que é plural, que tem participação da sociedade civil, que tem participação de governo e de quem se interessa pelo assunto, esse diálogo via Conselho Estadual de Direitos Humanos. É o apelo que se faz inclusive ao governador, para que pense com carinho nessa possibilidade de fazermos aqui em Santa Catarina.

Com a exceção de três estados do país, todos os outros têm esse conselho, que dá acesso à verba federal para o programa e para ações de prevenção à violência. Isso é muito importante para nós, e o governador pode imediatamente mandar construir o nosso Conselho Estadual de Direitos Humanos. Mas enquanto ele não vem, a Frente Parlamentar vai ser esse espaço de discussão, vai ser esse espaço de interlocução, vai ser esse espaço de debate. E amanhã às 14h sairemos da Assembleia Legislativa para fazer uma inspeção lá no presídio de São Pedro de Alcântara. Até convido todos os parlamentares da Casa para que possam nos acompanhar.

Considerarei uma experiência que vivi com a deputada Ana Paula Lima, com o deputado Volnei Morastoni, de inspeção, *in loco*, no Hospital Infantil Joana de Gusmão, uma ação muito positiva e uma ação que nos permite atuar com base efetiva na realidade, no efetivo cenário onde acontece o problema. E tenho certeza de que foi parte integrante das soluções que o Hospital Infantil tem atravessado nos últimos dias.

Portanto, considero que o papel parlamentar de ir tratar direto com o problema é um papel que ajuda muito a construir soluções. Não queremos fulanizar debate, queremos propor soluções, ser parceiro do governo do estado, porque se não conseguirmos implementar essas políticas por necessidades orçamentárias, é nossa corresponsabilidade também buscar, ajudar o estado a ter acesso ao que precisa.

Portanto, amanhã às 14h faremos essa inspeção no...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

(O partido desiste.)

Portanto, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0344/2012, de autoria do

deputado José Nei Ascari e do deputado Carlos Chiodini, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Tratamento do Espectro Autista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0356/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, que institui a Semana de Conscientização do Uso de Fontes de Energia Limpa, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0395/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que institui o Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0009/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sacos de lixo biodegradáveis pela Assembleia Legislativa e adota providências correlatas.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0040/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Este projeto será retirado de pauta porque o autor não está na sessão.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0161/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de sequela grave advinda de queimaduras e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro do Projeto de Lei n. 0361/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, que proíbe no estado de Santa Catarina a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 anos de idade e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Direitos e garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0409/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 10.361, de 1997, que disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem aulas ou treinos de ginástica, dança, artes marciais, esportes e demais atividades físico desportivo-recreativas.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0490/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o mês

Outubro Rosa dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher e da de Saúde.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0061/2013, de procedência do governo do estado, que dispõe sobre a aplicação do regime diferenciado de contratações públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (Pacto).

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global nas páginas 34.

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, Finanças e Trabalho.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o líder do governo, Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, hoje fizemos uma maratona junto às comissões de Finanças, de Justiça e a de Serviços Públicos, para que pudéssemos arredondar o projeto de regime diferenciado de contratação.

Houve um entendimento por parte de todos os partidos que compõem essas comissões. E hoje com a aprovação dessa lei o governo estará a partir deste momento a fazer a contratação das obras que fazem parte do programa Pacto por Santa Catarina.

Então, quero aqui agradecer a todos os srs. deputados que de forma muito gentil compreenderam a necessidade de o governo fazer essa votação que é de interesse de toda Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra,
sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu, pela manhã,
na reunião extraordinária da CCJ, fiz um
comentário que a nossa bancada, o nosso partido,
tem contribuído muito na articulação da vinda de
recursos para o nosso estado, a busca de recursos
e investimentos de recursos para Santa Catarina
junto ao governo federal. Essa lei segue uma linha
de obras em nível nacional do Pacto.

Então, concordamos com a aprovação desse
regime diferenciado de contratação e fizemos uma
emenda, pois é importante essa casa acompanhar as
obras que têm recursos nesse regime diferenciado.
Por isso, a nossa bancada vota favorável a esse
projeto, juntamente com a emenda.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) -
Sr. presidente, temos quórum qualificado para essa
votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Estamos tentando arrebanhar os deputados que estão
do lado de fora, para ver se dá os 21 deputados.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Vamos colocar
no painel sr. presidente?

Esse projeto, como falou o deputado Dirceu
Dresch, recebeu uma emenda da bancada do PT
assinada por mim e pelo referido deputado, em que
o governo do estado tem a obrigação de encaminhar
para esta Casa todas as obras que serão
contempladas com esse recurso.

Então, acho que nada mais justo do que o
Parlamento catarinense acompanhar essas obras e
que nós possamos também divulgar para todos os
catarinenses onde está sendo executado e colocado
o dinheiro público.

Então, agradecemos o acatamento dessa emenda
feita pela bancada do PT. E dizemos aos
parlamentares que estaremos, sim, averiguando,

fiscalizando todas as obras realizadas com recursos que vêm do governo federal.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tenho conhecimento de que, com a permissão do deputado Aldo Schneider, líder do governo, as duas emendas do PT foram acatadas. E pedimos, fazemos um apelo à bancada do PT que apoie, vote esse projeto, porque o mesmo é similar ao do governo federal, que dá celeridade às obras do Pacto por Santa Catarina tanto quanto o PAC nacional.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com relação à manifestação dos eminentes deputados Dirceu Dresch e Ana Paula Lima, com certeza a emenda proposta pela bancada do PT esclarece não só à sociedade catarinense, mas em especial ao Parlamento catarinense todas as ações do governo do estado.

Foi feito um acordo entre o governo, através da Casa Civil, para que nós acatássemos tanto uma emenda do deputado Jean Kuhlmann quanto da deputada Ana Paula Lima e do deputado Dirceu Dresch.

Portanto, todo esse projeto que está agora, neste momento, sob a condição de votação foi amplamente discutido nas três comissões, com o aval unânime dos srs. deputados. E aproveito, antes de concluir o meu tempo, sr. presidente, para solicitar aos nossos colegas deputados que adentrem ao plenário para que possamos ter o quórum necessário para votação desse projeto, que é de urgência para o governo.

Portanto, solicito aos srs. deputados e às sras. deputadas que adentrem ao plenário para haver o quórum necessário para a votação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, o que está se debatendo aqui é importante, porque há uma necessidade de que essas obras sejam executadas. Há uma cobrança de Santa Catarina de que efetivamente essas obras sejam executadas com a maior celeridade possível.

Agora, a maior celeridade também não pode deixar de lado os procedimentos que têm que se adotar, especialmente na contratação. Por isso a forma genérica como estava quando o projeto de lei veio a esta Casa, uma forma muito aberta. Agora, com as emendas, e quero parabenizar também o trabalho do líder do governo, deputado Aldo Schneider, que soube compreender e fazer articulação disso, pois pelo menos teremos algum mecanismo de saber quais são as obras, que são aquelas relacionadas nas leis citadas nas emendas.

Esta Casa tem a obrigação de acompanhar isso de perto, e acho isso importante, pois a transparência é fundamental na execução dessas ações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Pediria aos srs. deputados que se mantenham no plenário, muito embora esse projeto não dependa de quórum qualificado, mas de maioria simples, porém, temos um PLC do Ministério Público para votar, tendo em vista que na próxima semana, dadas as questões do Orçamento Regionalizado, esta Casa não terá sessão. Então, nós precisamos, pelo menos, limpar a pauta no dia de hoje. Por isso, peço o esforço dos srs. deputados para que permaneçam em plenário.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário do eminente deputado Sargento Amauri Soares.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0131,/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que institui a Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2013, de procedência do Ministério Público, que cria promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os deputados que votarem "não" rejeitam o projeto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim".

Está aprovado o projeto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, infelizmente temos a possibilidade de greve dos agentes prisionais de Santa Catarina. E o governo mandou para esta Casa um projeto de lei que reajusta o vencimento e trata do plano de carreira da segurança pública do sistema prisional de Santa Catarina.

A nossa proposição é que v.exa. suspenda a sessão por 15 minutos, para que possamos fazer uma reunião do colégio de líderes. E se houver um acordo, poderemos reunir as três comissões, analisarmos o projeto e aprovarmos o projeto e ainda apreciarmos o projeto em plenário no dia de hoje, dando serenidade a esse projeto que é um pleito, um sonho dos agentes prisionais e que poderá segurar essa possibilidade de greve no sistema prisional de Santa Catarina, porque seria uma catástrofe para o nosso estado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com relação à manifestação do eminente deputado Darci de Matos, nós temos que fazer aqui uma *mea culpa*, em relação ao tempo a partir do momento em que o governo acertou com os grevistas que até o dia 30 de maio estaria aprovado o projeto de reajuste dessa categoria.

Infelizmente o projeto por parte do governo só foi lido na sessão de ontem à tarde. Então, aqui o pedido de v.exa., se possível, ir aos nossos colegas deputados até para que se tenha quórum e a possibilidade de suspender a sessão por dez minutos, para que possamos articular as comissões para a votação desse projeto de importância para a categoria dos agentes prisionais.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, não estamos em votação? Como é que vamos suspender a sessão, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Eu já vou responder à questão de ordem do deputado Darci de Matos, mas antes quero ouvir a deputada Angela Albino que está pedindo a palavra.

A Sra. Deputado Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje na reunião da frente parlamentar falamos exatamente sobre a necessidade de o governo enviar o projeto para esta Casa para evitar essa greve, porque o acordo era até o final do mês. Só alerta que o governo teve um mês para fazer isso, e nós teremos 15 minutos para analisar o projeto. Esse é um precedente perigoso que estamos fazendo em nome da segurança do nosso estado, da categoria dos agentes prisionais, mas estamos abrindo um precedente regimental da maior gravidade, porque o parlamentar que não veio a esta Casa hoje sequer sabe que estamos votando essa matéria.

Então, quero dizer vou consultar a representação dos agentes prisionais que estão aqui agora, e se eles concordarem com o projeto de lei, concordo também de vulnerarmos o Regimento desta Casa, pois é isso que estamos fazendo, apenas numa situação excepcionalíssima de um bem maior que é a segurança do nosso estado, que vive um momento delicado.

Mas quero registrar aqui a excepcionalidade dessa medida e a necessidade de o governo se organizar para trazer esse projeto aqui com as mínimas condições de debatermos e entendermos os desdobramentos da matéria que estamos votando.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, é óbvio que propusemos a suspensão da sessão, após a votação dos projetos que estão em curso.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só quero lembrar, até para esclarecer à sociedade catarinense, que não vou defender o governo e que concordo que poderia ter mandado o projeto antes, mas vale lembrar que na semana passada não tivemos sessão nesta Casa por conta do Orçamento Regionalizado e que na semana que vem também não teremos sessão pelo mesmo motivo. Se não votarmos hoje esta matéria vamos criar um problema sério para o estado inteiro.

Então, é preciso ter essa sensibilidade. E conversei agora com os agentes, e eles disseram que é isso mesmo que eles querem. Então, se eles estão dizendo que é isso que querem, o que custa aprovarmos para que o aumento já venha na próxima folha de pagamento?

A Sra. Deputado Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, acabei de conversar com o Sintesp e os representantes dos agentes prisionais, e o projeto de lei reflete exatamente o acordo que foi construído com o governo do estado.

Então, neste sentido, como líder do PCdoB, vou concordar apenas desta vez vulnerarmos o Regimento Interno e fazer desta forma para podermos aprovar o projeto para beneficiar os agentes prisionais.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, todos sabemos o que Santa Catarina está enfrentando na questão da segurança e o trabalho desenvolvido pelo governo. E a categoria dos agentes prisionais, uma das mais vulneráveis hoje, concordou com esse projeto.

Entendo que qualquer sacrifício que tenhamos que fazer na questão regimental compensa pelo que a sociedade catarinense espera para que nós, deputados, possamos participar da construção de uma melhor segurança pública para todo cidadão catarinense.

Então, conhecendo o trabalho, sendo da carreira da segurança público, pedimos isso aos demais colegas e a v.exa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, não estou trazendo nenhuma posição da nossa bancada, porque a nossa líder é a deputada Ana Paula Lima. Mas não é assim, deputado Kennedy Nunes, ou seja, "o que custa aprovar esse projeto". Nós temos um Regimento nesta Casa a ser cumprido. Não é simplesmente uma questão de querer ou não! Estamos rasgando o Regimento!

O que me entristece é que estamos desde ontem aqui. Tivemos duas reuniões do CCJ, de ontem para cá. Então, não é porque na semana passada não tinha sessão e na semana que vem não vai ter. Foi de fato um lapso, isso tem que ficar claro, registrado, gravíssimo do governo do estado, de última hora, em regime de votação! Se terminar agora a votação, teremos que reabrir a votação depois, regimentalmente! E isso é um desrespeito com esse Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito bem! Respondendo à questão de ordem do eminente líder do governo e do vice-líder também,

que fizeram a mesma proposição, esta Presidência não tem nenhuma objeção em posteriormente votar o segundo turno desses projetos, a redação final e, em seguida, suspendermos a sessão para que as lideranças tentem chegar a um acordo. Se isso acontecer, esta Presidência não se opõe em fazer essa votação no dia de hoje, mas, primeiramente, é preciso que haja um entendimento entre as lideranças e que as comissões assumam a responsabilidade do parecer, pois teria que haver uma tramitação dessa matéria.

Suspenderei a sessão agora para fazermos o segundo turno das votações, porque daqui a pouco o Plenário se esvaziará e acabaremos por não votando nada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, apenas gostaria de dizer que precisamos observar o regimento, mas estamos na iminência de uma greve em Santa Catarina e há um pedido dos agentes prisionais nesse sentido. Como não teremos sessão na semana que vem, a deputada Angela Albino se sensibilizou e concordou conosco. Por isso, faço um apelo à pessoa da deputada Ana Paula Lima, líder do PT, e ao deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT, que se sensibilizem para que possamos fazer esse acordo e atender ao pleito de Santa Catarina, sobretudo dos agentes prisionais que estão representados, neste momento, nesta Casa.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, não quero ser redundante, mas gostaria de assumir aqui publicamente que o governo errou. Mas não podemos ficar na iminência de Santa

Catarina voltar a ter esses ataques que já foram iniciados.

Conversamos há pouco com os representantes dos agentes prisionais de que no dia 28 de maio farão uma assembleia para definir se entrarão ou não em greve. Se o governo não fizer a sua parte até o dia 30 de maio, os representantes dessa categoria não terão como impedi-la. E obviamente todos nós sabemos o que isso representará para Santa Catarina.

Reconheço o erro do governo, mas solicito aos nossos líderes do PDT e do PT que deem um voto de confiança a Santa Catarina. E para tanto podem, inclusive, consultar os representantes dos agentes prisionais. que estão nesta Casa. Mas, por favor, revejam suas posições.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje às 16h33, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Esta encerrada a sessão.